

## Apresentação

Leandro Alves Teodoro

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

TEODORO, LA. *A escrita do passado entre monges e leigos: Portugal – séculos XIV e XV* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Apresentação. pp. 17-24. ISBN 978-85-393-0435-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## APRESENTAÇÃO

[...] se o Senhor Deus a nós outorgasse o que a alguns escrevendo não negou, convêm a saber, em suas obras clara certidão da verdade, sem dúvida não somente mentir do que sabemos, mas ainda errando, falso não queríamos dizer; assim seja que outra coisa não é errar, salvo cuidar que é verdade daquilo que é falso. [...] Se outros porventura em esta crônica buscam formosura e novidade de palavras e não a certidão das histórias, desprazer lhe há de nosso arrazoado, muito ligeiro a eles de ouvir, e não sem grande trabalho a nós de ordenar. (Lopes, 1977, p.2-3)

Com essas palavras, o cronista português Fernão Lopes (1380-1454) expõe, no início da *Crônica de D. João I*, como fazem posteriormente seus sucessores, os objetos de seu labor e os principais pontos que nortearam a crônica, ou seja, define as regras de escrita que lhe serviram na ordenação da história. Tendo isso em vista, Lopes aponta a busca da verdade como sua meta, pois ele fundamenta a história num grande trabalho, que visa ordenar os fatos, rejeitando supostas mentiras e falsidades. Para esse cronista, “mentira em este volume é muito afastada de nossa vontade”. O mesmo Lopes adianta que, para se escrever uma crônica, deve-se, sobretudo, cuidar da verdade, outorgada por Deus, evitando que se escreva “mais curto do que foi, ou se fale mais largo do que se deve” (ibidem, p.3). Ordenar a história

torna-se, conforme a proposta do cronista, uma atividade que exige, além de cuidado com a verdade, sabedoria para escrever na medida certa, sem esquecer pontos essenciais e nem registrar a menos ou a mais do que era preciso. É interessante observarmos que, nas crônicas dos cronistas portugueses da Corte de Avis, Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) e Rui de Pina (1440-1522), nota-se o objetivo comum de se esclarecer, nas primeiras páginas do prólogo ou dos capítulos iniciais, os critérios e as funções das suas histórias.

Diferentemente desses cronistas régios, as crônicas portuguesas anteriores, nomeadamente as monásticas, não apresentam tais especificações de forma explícita e organizada como fazem os cronistas referidos. A *IV Crónica breve*, produzida no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no século XIV e incluída nas *Crônicas breves de Santa Cruz de Coimbra*, por exemplo, inicia-se da seguinte forma: “O rei D. Afonso, que filhou Toledo aos mouros, casou sua filha com o conde D. Henrique, que veio a Santiago em romaria. E tinha ela o nome de Teresa. E dali foi o conde D. Henrique senhor de Portugal e da Galiza [...]” (*Crônicas breves*, 1969, p.25). A seguir a esse começo abrupto, o cronista anônimo começa a contar a vida do conde até chegar nas histórias sobre seu filho Afonso Henriques. Esse formato inicial pode, à partida, nos sugerir que os cronistas cruzios, ao contrário dos cronistas que os sucederam na escrita da história de Portugal, não estavam tão preocupados em justificar o seu fazer história ou em dissertar sobre o potencial da história como estavam os cronistas de um tempo em que houve uma sucessão dinástica incomum e que precisava ser legitimada.<sup>1</sup>

Foram diferenças como essas, entre o fazer história dos cronistas monásticos e dos cronistas de Corte, que nos levaram a interrogar se teria havido rupturas e/ou continuidades entre uma produção e outra, melhor dizendo, se os fundamentos da história sofreram um significativo deslocamento e em que medida os valores defendidos por monges e homens de Corte estão em diálogo. Foi, pois, da comparação entre alguns aspectos das crônicas do século XIV e XV que surgiu o objetivo

---

1 Sobre o empenho da história em legitimar a dinastia de Avis, ver: Ventura, 1992.

de analisar as *Crônicas breves e memórias avulsas do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra* e as crônicas de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina – não apenas aquelas que retomam as histórias reunidas nessa crônica monástica, mas também as crônicas sobre os reinados dos monarcas de Avis. O alvo deste trabalho é, portanto, por meio do cotejo entre os referidos documentos, interrogar sobre as bases do saber histórico leigo quatrocentista e suas recorrências à história anterior de origem monástica. Mapeando os contornos da escrita da história de um momento e outro, pretendemos observar: o lugar da história entre os séculos XIV e XV para clérigos e leigos, que história foi escrita por uns e outros, que imagem apresentaram do passado e como dialogaram valores monásticos e leigos na construção desse passado.<sup>2</sup>

Além do primeiro confronto da documentação, também temos que ressaltar a importância para este trabalho de nossas leituras historiográficas, pois foi possível notar, no início de nossas pesquisas, que as obras clássicas acerca da produção cronística portuguesa ou analisavam as crônicas monásticas isoladamente ou priorizavam uma análise das crônicas elaboradas no âmbito de Corte. Nesse momento, a falta de estudos que colocassem em diálogo a escrita monástica e leiga fez com que nos preocupássemos em estudar a passagem da escrita da história do mosteiro de Santa Cruz para a Corte de Avis. E foi essa falta de estudos acerca do tema proposto que nos levou a ler trabalhos que contemplassem as inter-relações entre o sacro e o profano na Idade Média, entre os quais se destacam os estudos do historiador Ernest Kantorowicz. Em meados do século passado, esse historiador abriu um diálogo frutífero na historiografia sobre a relação entre o sagrado e o profano, por pensar justamente na racionalização do Estado como um deslocamento da estrutura funcional da Igreja para as bases do governo monárquico. Para Kantorowicz, o Estado do fim da Idade Média resultou de uma simbiose entre modelos eclesiais e leigos. Esse autor propõe, portanto, que houve uma complementaridade entre os dois poderes que regiam o mundo. De uma parte, segundo ele, houve uma secularização da Igreja, marcada pela doutrina teocrática

---

2 Sobre os híbridos Igreja e Estado, ver: Genet; Vincent, 1986.

pontifical e pela plenitude do poder, a partir da formação de um corpo administrativo protegido por suas próprias leis. De outra parte, aponta igualmente o autor, que, no século XV, para se libertar da tutela da Igreja, o Estado monta sua estrutura institucional espelhada no sistema administrativo que foi primeiramente por ela edificado.<sup>3</sup>

Na mesma linha de Kantorowicz, Jeanine Quillet, Joel Blanchard e Jean Claude Mühlethaler também chamaram a nossa atenção por pensarem outros ângulos dessa suposta simbiose entre o poder sacro e o profano. Segundo Quillet, por exemplo, a racionalização do Estado favoreceu a constituição de doutrinas, bem como o desenvolvimento de um aparelho institucional que soube adaptar medidas da Igreja para a estruturação de ideias que ajudassem a sociedade a se organizar.<sup>4</sup> Os outros dois historiadores, por sua vez, na obra *Écriture et pouvoir*, estudam a relação entre escrita e poder no fim da Idade Média, utilizando como fontes tratados, espelhos de príncipes e crônicas. Segundo esses historiadores, é possível perceber a existência de referências à sacralidade do poder em escritores como Christine de Pizan, Denis Foulechat e Philippe de Mézières, cujos tratados apelam para modelos bíblicos para consagrar uma imagem transcendente do rei. Além disso, os referidos historiadores procuraram analisar como as Cortes francesas, entre os séculos XIV e XV, elaboraram diferentes obras, de gêneros variados, indo da escrita de tratados à composição de crônicas; obras que conseguiram fixar uma imagem divinizada do poder régio.

O primeiro confronto de nossos documentos e a leitura dessas obras historiográficas sugeriram a importância de se discutir o papel de Santa Cruz e da Corte avisina na preservação do passado português. Da iniciação científica aos primeiros meses do mestrado, conseguimos formular as questões condutoras deste trabalho: em que medida a organização da Corte avisina tem suas raízes no universo monástico? É possível notar uma continuidade entre os escritos monásticos e os de Corte? Ao contrário, pois, de tentar pensar, como Kantorowicz — o

---

3 Cf. Kantorowicz, 1998.

4 Cf. Quillet, 2001.

que seria inviável em uma dissertação —, nas trocas entre a Igreja e o poder laico em Portugal, ou melhor, em como as instituições da Igreja serviram de base para as instituições do Estado português em formação nos séculos XIV e XV, restringimo-nos a refletir apenas sobre as contribuições do mundo monástico para a construção da memória do reino de Portugal, que aos poucos vai se assumindo como laica. Não temos, assim, qualquer pretensão de analisar a natureza dos poderes sacros e profanos, mas de pensar em que medida a produção escrita dos mosteiros portugueses colaboraram no desenvolvimento do saber da Corte de Avis. A relação entre o laico e o profano, pois, será aqui examinada apenas no que diz respeito à escrita da história.

Além dessa primeira interrogação, analisaremos, neste trabalho, como os poderes monásticos e de Corte construíram um conjunto de possibilidades restritas quanto às posturas e às condutas sociais, cujo interesse era atender a um grupo específico de pessoas: grandes cavaleiros e outros nobres ilustres. É assim que, nos séculos XIV e XV, podem ser notados esforços no sentido de produzir um saber para educar nobres e reis, o que resultou em um aumento significativo no número de obras voltadas para o enaltecimento das glórias do reino português, entre as quais se encontram as crônicas; obras caracterizadas por sua função documental, de evitar o esquecimento, e pelo objetivo moralizante de idealizar o presente e o futuro por meio da releitura do passado.<sup>5</sup>

Acerca das fontes, vale destacar que as obras monásticas selecionadas, embora sejam menores quando comparadas às crônicas régias, ocuparam um significativo espaço no século XIV, ou seja, desempenharam um papel semelhante ao que mais tarde vieram a ocupar as crônicas régias.<sup>6</sup> A escolha das *Crônicas breves* como uma das fontes prioritárias desta pesquisa justifica-se porque essas crônicas são as únicas crônicas monásticas em língua vernácula que se voltam inteiramente

---

5 Cf. França, 2006.

6 Temos que esclarecer a nossa opção de atualizar a grafia do português das citações feitas na íntegra para facilitar a leitura. Atualizamos a grafia tanto das crônicas régias e monásticas como de outros materiais pesquisados dos séculos XIV e XV.

ramente para os assuntos internos de Portugal, incluindo as histórias de D. Afonso Henriques, de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III e D. Dinis. Essas crônicas foram primeiramente publicadas por Alexandre Herculano nos *Portugaliae Monumenta Historica Scriptores*, dividido em quatro partes, sendo as duas primeiras fragmentadas e com pouca definição. Já a terceira parte conta com uma narrativa das façanhas de D. Afonso Henriques contra os mouros, e no último excerto aparecem breves histórias dos primeiros reis portugueses. Quanto às crônicas laicas, foram selecionadas, pela sua importância e por terem sido produzidas sob a égide do poder real, a *Crónica de 1419* e as crônicas de Fernão Lopes, de Gomes Eanes de Zurara e de Rui de Pina.<sup>7</sup> Todas elas foram escritas na Torre do Tombo, Arquivo régio que possuía duas funções: servir de *scriptorium* aos cronistas e também ser o principal lugar onde se conservava os documentos reinóis. Os cronistas eram, pois, funcionários régios encarregados de escrever as crônicas encomendadas pelos próprios reis e responsáveis também pela conservação dos documentos do referido arquivo. Pode-se considerar a criação desse Arquivo régio como uma medida da Corte avisina que visava concentrar em um único espaço uma variedade de obras consideradas fundamentais pelos cronistas; obras que foram, a propósito, as principais fontes desses historiadores (Serrão, 1972, p.37).

Procuramos mapear, no primeiro capítulo, as experiências de escrita da história anteriores à fundação do cargo de cronista-mor e da construção do arquivo da Torre do Tombo, para, só no segundo capítulo, analisarmos a passagem dessa escrita monástica para uma escrita de Corte. No primeiro capítulo, partimos da hipótese de que o mosteiro de Santa Cruz, no século XIV, ocupou um espaço no reino

---

7 No que diz respeito às primeiras, não discutiremos o problema da autoria, se foi, como afirma Magalhães Basto, de Fernão Lopes, ou, como defende Costa Pimpão e Almeida Calado, entre outros, de um cronista anônimo. Entendemos que pouco muda se comprovado o nome de quem primeiro compilou a referida crônica, pois nos interessa, sobretudo, entender os valores a ela atribuídos na Corte avisina. Cf. *Crónica de cinco reis de Portugal*, 1945; Pimpão, 1959, p.224; Pimpão, 1972; Calado, 1998. p.XXXVIII.

similar ao que seria posteriormente ocupado pela Corte, redigindo documentos como crônicas e obras de referência, e tomando para si a responsabilidade sobre certos atributos e tarefas que mais tarde diziam respeito às funções assumidas pelo Arquivo e pela Livraria régia dos reis avisinos.

Já no segundo capítulo, nossa ênfase recairá sobre como, entre os séculos XIV e XV, foram substituídos, em Portugal, o lugar onde se escrevia a história do reino e as pessoas que a escreviam. Se antes eram monges copistas que tomaram para si a tarefa de compor a história do reino, no século XV, cria-se, na Corte, um cargo destinado exclusivamente a essa tarefa. Nesse contexto, escrever começou a tornar-se um ofício relativamente disciplinado que, como uma matéria universitária, se aprendia consultando livros e pensadores da Antiguidade. Portanto, entre os séculos XIV e XV, transformações importantes na produção do saber tiveram lugar, entre as quais se situam aquelas relativas ao fazer histórico, que é o objeto desta pesquisa. Alguns pontos serão prioritariamente abordados: o papel do arquivo histórico e da biblioteca régia, a ordenança da vida na Corte e o lugar da história nessa sociedade laical.

No último capítulo, nosso ponto de partida são as relações entre a visão de história dos crúzios e a dos cronistas régios acerca dos modelos ideais de virtude. Realizaremos um estudo comparativo entre os fundamentos do fazer cronístico monástico e de Corte para percebermos aspectos fundamentais da escrita da história, em Portugal, entre os séculos XIV e XV. Dito de outro modo, o propósito aqui é definir o papel do fazer cronístico monástico na formulação de parâmetros para a sociedade da época, que foram retomados posteriormente pelos cronistas régios. Será nossa preocupação entender, portanto, que práticas sociais entrecruzam-se entre a sociedade pintada nos escritos monásticos e a de Corte, principalmente as práticas que expliquem os porquês de a sociedade descrita pelos cronistas ter se definido entre momentos dedicados à guerra e à paz. É a partir dessa discussão acerca da paz e da guerra, ou seja, de como a história contada pelos cronistas se equilibrava entre essas duas dimensões, que mostraremos o modo como esses homens concebiam a existência dos nobres.



Em suma, começaremos por um estudo dos delineamentos do saber monástico, em Portugal, para, em seguida, mapear a produção do saber na corte avisiniana e, enfim, discutir a troca de valores entre esses dois universos. Duas perguntas de fundo conduzirão as demais: em que medida o estilo de vida monástico pôde influenciar na formação de costumes e valores avisinianos? Qual o papel das crônicas na ordenança da vida no reino português entre os séculos XIV e XV?